

1.
Apresentação geral

2.
Objetivo geral

3.
Programa resumido

4.
Bibliografia principal

1.

Curso: Solicitadoria

Área/ Subárea: Direito/ Direito Comum

Semestre: 1º Semestre

Carga horária: 4,5H

ECTS: 5

2.

Esta unidade curricular tem por objetivo fornecer os conhecimentos essenciais à compreensão do Direito como realidade social e estrutura normativa. Estuda a norma, a relação e o facto jurídicos, procurando no Direito Civil a concretização das noções teóricas. Como unidade curricular estruturante procura iniciar os Alunos no processo lógico-dedutivo inerente ao raciocínio jurídico, tornando evidentes as principais categorias utilizadas pelo Direito.

Encontrando o seu início nos grandes Temas pré-jurídicos, é construído o percurso que levará ao necessário domínio dos conceitos fundamentais do Direito.

O Aluno deverá conseguir fixar cada conceito, o regime jurídico associado a cada conceito, bem como distinguir as figuras próximas, de modo a descortinar, por si, qual a resolução possível e legitimar a sua, do Aluno, decisão (ou mesmo as resoluções prováveis), assumindo o papel de ambas as partes no diferendo concreto.

3.

I – Ideia Geral do Direito

1. O Homem

1.1. Pensar o Homem

- As Necessidades Humanas
- O Poder como conceito e o Poder como potência efectiva
- A Emergência da Ordem

1.2. Elementos Histórico-Antropológicos

- As Sociedades Humanas e a Sua Evolução
- O Papel da Especialização Social
- A Emergência de uma Ordem subordinada aos Valores

1.3 A Relação entre o Direito e a Justiça

- Colocação do Problema
- Distinção dos Conceitos
- As Respostas ao longo da História: Da Grécia ao Presente.

1.4 As Regras do Discurso

- A Legitimidade do Discurso Jurídico
- O Papel determinante do Resultado
- As Regras do Discurso Escrito e Oral

II – A Suma Divisio

1. Classificação do Direito ou Ramos do Direito

- 1.1. Direito Internacional:
- 1.2. Direito Internacional Público
- 1.3. Direito Internacional Privado

- 2. Direito Público e Direito Privado (direito interno)
 - 2.1. Direito Público
 - 2.2. Direito Constitucional
 - 2.3. Direito Administrativo
 - 2.4. Direito Fiscal
 - 2.5. Direito Penal
 - 2.6. Direito Processual

- 3. Direito Privado
 - 3.1. Direito Privado Comum ou Geral
 - Direito Civil e as suas Subdivisões
 - Os Livros do Código Civil e a Sua Organização
 - 3.2. Direito Privado Especial
 - Direito comercial
 - Direito do trabalho

III – O Direito pelas Normas

- 1. Definição e Definições do Direito
 - A Norma jurídica
 - 1.1. Estrutura das normas jurídicas: Elementos
 - 1.2. Previsão
 - 1.3. Estatuição
 - 1.4. Sanção

 - 2. Classificação das normas jurídicas
 - 2.1. Normas imperativas
 - 2.2. Norma proibitiva
 - 2.3. Normas preceptivas
 - 2.4. Normas interpretativas
 - 2.5. Normas inovadoras: eventual utilidade do conceito.
 - 2.6. Normas materiais
 - 2.7. Norma remissiva
 - 2.8. Norma permissiva
 - 2.9. Norma supletiva

 - 3. Características das Normas Jurídicas
 - 3.1. Imperatividade
 - 3.2. Violabilidade
 - 3.3. Generalidade e abstracção
 - 3.4. Coercibilidade

 - 4. Enumeração das Fontes do Direito
 - Fontes Imediatas
 - 4.1. Lei
 - 4.2. Costume

 - Fontes Mediatas
 - 4.3. Jurisprudência
 - 4.4. Doutrina

 - 5.1. A Lei e o Costume como únicas fontes de direito?
 - 5.2. A situação no Código Civil Português: Colocação do Problema
 - 5.2.1. O Uso ou os Usos
 - 5.3. A Equidade ou os Juízos de Equidade

- 6. O Papel dos Órgãos de Soberania na Criação Legislativa: Breve Exposição

- 7. Hierarquia das fontes: Conceito e Importância
 - 7.1 Leis
 - 7.2 Convenções e Tratados internacionais
 - 7.3 Decreto-Lei
 - 7.4 Regulamento:
 - 7.4.1 Decreto regulamentar
 - 7.4.2 Resolução do Conselho de Ministros (Na parte dispositiva)
 - 7.5 Portaria
 - 7.6 Circulares
 - 7.7 Despachos normativos
 - 7.8 Posturas Municipais
 - 7.9 Outros Instrumentos de Orientação Genérica com vinculação jurídica

- 8. Feitura das leis: Breve Exposição (Remissão para o Direito Constitucional)
 - 8.1 Elaboração
 - 8.2 Aprovação
 - 8.3 Promulgação
 - 8.4 Publicação
 - 8.5 Entrada em vigor: o Regime do Código Civil e Legislação Especial
 - 8.5.1 – Idem: O Valor da Publicação *On-Line*
- 9. Cessaçã da vigência das leis
 - 9.1 Caducidade
 - 9.2 Revogaçã

IV – A Aplicação do Direito

- 1. A Aplicação das leis no tempo
 - 1.1 Enquadramento e Problema Subjacente
 - 1.2 O Conflito das Leis no Tempo como resultado da Actividade Criativa do Legislador
 - 1.3 O Governo pela Lei e o Projecto Social Dominante
 - 1.4 Valores Limitadores do Governo pela Lei
 - 1.4.1 Respeito pelos efeitos já produzidos
 - 1.4.2 Aplicação a factos e situações jurídicas futuros
 - 1.5 O Problema em face do Direito vigente
 - 1.5.1 Direito Penal como caso excepcional
 - 1.5.2 Direito Fiscal como caso excepcional
 - 1.5.3 Direito Processual Civil como caso especial

- 2. Aplicação das leis no espaço (Remissão)
 - 2.1 Idem: Conceito de Direito Internacional Privado
 - 2.2 Idem: As Principais Regras de Resolução: Lei Pessoal, Foro Real, Ordem Pública e Reenvio.
 - 3 Interpretação da Lei: Elemento Pré-legais
 - Noção: o que é Interpretar?
 - O Signo e o Significado
 - 3.1 Interpretação da lei
 - 3.2 Elementos de interpretação da lei
 - 3.2.1 O Elemento literal
 - 3.2.2 O Elemento lógico
 - 3.2.3 O Elemento sistemático ou sistémico
 - 3.2.4 O Elemento histórico

- 4. Os Vários Tipos de Interpretação da Lei
 - 4.1 Interpretação da lei pela sua Fonte e vigor:
 - Auténtica
 - Oficial
 - Judicial.
 - Doutrinária

4.2 Interpretação Teleológica

- Objectivista
- Subjectivista
- Histórica
- Actualista

4.3 Interpretação da Lei em função do Resultado

- Declarativa ou Enunciativa
- Extensiva
- Restritiva
- Ab-rogante

5. Integração das Lacunas Jurídicas

5.1 Distinção entre Interpretação e Integração

5.2 Elementos de facto que justificam a existência de uma lacuna

5.3 Elementos de direito que justificam a necessidade de preenchimento da lacuna

5.3.1 Idem: A Proibição da decisão de "non liquid" (ou a obrigação de julgar)

5.3.2: Idem: O Juiz como Destinatário da Norma e Garante da unidade Sistemática

5.4 A Analogia como Instrumento Jurídico

5.4.1 Noção de Lacuna

5.4.2 As Espécies de Lacunas

- Lacunas de lei ou lacunas de regulamentação
- Lacunas de provocadas por colisão ou sucessão de regimes

5.5 O Suprimento de Lacunas

5.5.1 O Regime previsto no Código Civil: os lugares próximos

5.5.2 Idem: O recurso ao Juiz-legislador ou a formação de uma norma aplicável ao caso concreto dentro do Sistema – O Princípio da Plenitude da Ordem Jurídica e do Pensamento Sistemático

V – O Regime da Personalidade Jurídica

1. A Pessoa Jurídica Singular

1.1 Conceito de Personalidade Jurídica

1.2 Conceito de Capacidade Jurídica

- Idem: de Gozo

- Idem: de Exercício

1.3 A Aquisição da Personalidade

1.4 A Perda da Personalidade

1.5. Os Direitos inerentes à Personalidade

2. O Domicílio

2.1. Conceito e Importância

2.2 Tipos

2.3 A Ausência e o Regime Jurídico do seu Suprimento

3. As Incapacidades e o seu Regime Jurídico

3.1 A Menoridade

3.2 A Interdição

3.3 A Inabilitação

3.4 A Incapacidade de Facto

4. A Pessoa Jurídica Colectiva

4.1 Conceito de Personalidade Jurídica Colectiva

4.2 As Pessoas Colectivas no Código Civil

- As Normas de Aplicação Geral

- As Associações

- As Fundações

- As Sociedades Civis

4.3 – Outras entidades sem personalidade jurídica

5. O Oposto da Pessoa Jurídica: As Coisas

5.1 Conceito Jurídico

5.2 Tipos de Coisas

5.3 Regime Jurídico

VI – A Tutela do Direito

1. Da Tutela do Direito à Tutela dos Direitos: Colocação do Problema

1.1 A Autotutela

- A Acção directa
- A Legítima defesa
- O Estado de necessidade

1.2 A Heterotutela e a Proibição da *Vindicta Privata*

- Meios de tutela jurídica preventiva: as Forças da Ordem
- Meios de tutela processual: Os Processos Judiciais
- Idem: os Procedimentos Cautelares

2. Medidas compulsivas

2.1 Meios de tutela reconstitutivos

2.2 As Sanções Jurídicas como Garante da Ordem

- As Sanções punitivas
- O Regime Jurídico da Ilegalidade:
 - Inexistência
 - Nulidade
 - Anulabilidade
 - Inoponibilidade
 - Ilegitimidade Relativa
 - Irregularidade

VII – O Regime Probatório Material

1. A Prova: conceito e valor para o Direito

- Elementos essenciais do conceito
- A Prova em termos de Sistema Jurídico
- A Prova e o caso concreto

2. Regime Jurídico da Prova

2.1 Conceito de Ónus da Prova

2.2 Regime Jurídico e Consequências do Ónus da Prova

2.3 As Proibições da Prova

2.4 O Caso Especial da Prova por Presunção (um caso de inversão do Ónus da Prova? Ou opções de natureza *praeter* jurídicas por parte do Legislador?)

- Idem: Espécies de Presunções

3. Meios de prova

3.1 Provas Documentais

3.2 Regime Jurídico

3.3 Valor

3.4 Impugnação

3.5 Provas não documentais

a) A Prova por Confissão (Declaração da Parte)

b) A Prova Pericial

c) A Prova por Inspeção

d) A Prova Testemunhal

3.5.1 Regime Jurídico

3.5.2 Valor

3.5.3 Impugnação, em especial da Prova Testemunhal

4.

- Castro Mendes, João – Introdução ao Estudo do Direito, AAFDL, 1984
Castro Mendes, João – Teoria Geral do Direito Civil, AAFDL, 1985
Dias Marques, José – Introdução ao Estudo do Direito, Danúbio Editora, 1994
Dias Marques, José – Noções Elementares de Direito Civil, Danúbio Editora, 1992
Galvão Telles, Inocêncio – Introdução ao Estudo do Direito, Coimbra Editora, 2001
Larenz, Karl – Metodologia da Ciência do Direito, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978
Menezes Cordeiro, António – Teoria Geral do Direito Civil, Almedina, 1994
Menezes Leitão, Luís – Direito das Obrigações, Almedina, 2000
Miranda, Jorge – Manual de Direito Constitucional, Coimbra Editora, 1997
Mota Pinto, Carlos – Teoria Geral do Direito Civil, Coimbra Editora, 1992
Oliveira Ascensão, José – O Direito – Introdução e Teoria Geral, Almedina, 1997
Pereira Coelho, Francisco – Curso de Direito da Família, Coimbra Editora, 2001
Pires de Lima e Antunes Varela – Código Civil Anotado, Coimbra Editora

NÃO SERVE PARA EFEITOS DE CERTIFICAÇÃO